



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

HENRIQUE DARLEN TAVARES DOS SANTOS

**DOCUMENTO CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA: A
SUSTENTABILIDADE E A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
PRESENTE NO COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA**

**ABAETETUBA/PA
2021**

HENRIQUE DARLEN TAVARES DOS SANTOS

**DOCUMENTO CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA: A
SUSTENTABILIDADE E A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
PRESENTE NO COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais/UFPA, como requisito parcial para a obtenção do título de Pedagogo, orientado pela Prof^a Dr^a Joyce O.S. Ribeiro.

**ABAETETUBA/PA
2021**

HENRIQUE DARLEN TAVARES DOS SANTOS

**DOCUMENTO CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA: A
SUSTENTABILIDADE E A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
PRESENTE NO COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA**

Banca Avaliadora:

Profa. Dr^a. Joyce O.S. Ribeiro - Orientadora

Profa. Dr^a. Vilma Nonato de Brício

Profa. Dr^a. Maria do Socorro Pereira Lima

**ABAETETUBA/PA
2021**

Dedico esse trabalho a minha família, especialmente a minha mãe, que sempre me deu direção, apoio e acreditou no meu potencial, sem isso eu não teria chegado onde estou. Suas garra, fé e perseverança sempre foram minha inspiração. Amo a todos!

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, que me deu força e coragem para superar todos os obstáculos e dificuldades encontradas durante minha jornada acadêmica, me ajudando espiritualmente, dando-me paz, sabedoria e refrigério, permitindo seguir em frente, podendo alcançar meus objetivos.

A toda minha família, principalmente aos meus pais João Henrique e Delma, que acompanharam todos os meus desafios para que eu pudesse entrar na universidade. Obrigado pela confiança depositada em mim e por todo investimento emocional e financeiro realizado, vocês são meu exemplo de vida.

A minha irmã Dayana e ao meu cunhado Fagner pelo total apoio e cumplicidade, por nunca medirem esforços quando precisei.

Aos meus avós maternos Arquelau e Miradir, pelos conselhos em momentos tensos e por toda contribuição valiosa que eu espero um dia conseguir retribuir.

Aos meus tios paternos João Francisco (*em memória*) e Elis Regina, pela moradia e por nunca me deixar desamparado, mas sempre demonstrando preocupação e entendimento, juntamente os seus filhos Eliel, Jesiel, Emerson e Lilliane.

Aos colegas que se tornaram irmãos Aurilene e Thiago, que não negaram força e ficaram na torcida. Obrigado pelos conselhos, palavras de apoio, puxões de orelha e risadas.

A minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Joyce Ribeiro pela paciência, e por aceitar orientar o meu trabalho de pesquisa.

A Universidade Federal do Pará Campus Abaetetuba, e a todos os professores do meu curso pela excelência na qualidade técnica do ensino oferecido.

“De nada adianta plantar árvores se ao mesmo passo não for plantada a conscientização ambiental, o respeito pelo próximo e pelas futuras gerações. A pergunta não é que planeta vamos deixar para nossos filhos e sim que filhos vamos deixar para nosso planeta.”

(André de Paula Viana)

RESUMO

O presente trabalho trata de um estudo documental sobre o Documento Curricular do Município de Abaetetuba/DCMA, discutindo sobre sustentabilidade e a formação da consciência ambiental presente no componente curricular história. Como objetivo temos a refletir sobre a noção de sustentabilidade presente no componente curricular História do Documento Curricular do Município de Abaetetuba/DCMA e analisar se os conhecimentos selecionados contribuem para a formação da consciência ambiental no ensino fundamental. Como norte teórico para a construção desse trabalho foram utilizados os autores que tratam dos temas adjacentes ao explicitado, como: Reigota (1998), Carvalho (2001), Pacheco (2001), Santos (2009). Como resultados, pudemos identificar e inferir que: 1 - o conteúdo sobre sustentabilidade do componente curricular História do DCMA destinado ao ensino fundamental, é limitado pois há um único conteúdo a ser trabalhado do 1o ao 5o ano, 2 - esse conteúdo sobre sustentabilidade não parece ser suficiente para a real conscientização sobre o meio ambiente, 3 - o projeto formativo precisa tomar como centro as experiências escolares que envolvem o conhecimento escolar, visando a sustentabilidade e a consciência ambiental, de modo a resguardar a sociedade e o meio ambiente.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Política curricular. Consciência ambiental. DCMA. Componente Curricular História.

ABSTRACT

The present work is a documental study about the Curricular Document of the Municipality of Abaetetuba/DCMA, discussing sustainability and the formation of the environmental conscience present in the history curriculum component. The objective is to reflect on the notion of sustainability present in the curriculum component History of the Curriculum Document of the Municipality of Abaetetuba/DCMA and analyze whether the selected knowledge contributes to the formation of environmental awareness in elementary school. As a theoretical guideline for the construction of this work, authors who deal with themes adjacent to what was explained were used, such as Reigota (1998), Carvalho (2001), Pacheco (2001), Santos (2009). As a result, we were able to identify and infer that: 1 - the content on the sustainability of the DCMA History curriculum component for elementary education is limited because there is only one content to be worked on from the 1st to the 5th year, 2 - this content on sustainability does not seem to be enough for real awareness of the environment, 3 - the training project needs to focus on school experiences that involve school knowledge, aiming at sustainability and environmental awareness, to protect society and the environment.

Keywords: Sustainability. Curriculum policy. Environmental awareness. DCMA. History Curriculum Component.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 A POLÍTICA CURRICULAR NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA | 15 |
| 2.1 A Bncc e a Política Curricular do Município de Abaetetuba/Pa | 15 |
| 2.2 A Noção de Educação e Currículo da Política Curricular local | 18 |
| 2.3 Princípios e Objetivos Curriculares do DCMA..... | 21 |
| 3 A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE DO DCMA | 23 |
| 3.1 A Sustentabilidade no Componente Curricular História | 24 |
| 3.2 O Currículo, Sustentabilidade e Consciência Ambiental: uma análise introdutória | 26 |
| 3.3 Educação Ambiental: necessidades, novas posturas e qualidade de vida | 29 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 33 |
| 5 REFERÊNCIAS | 35 |

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais desafios da atualidade é a sobrevivência do ser humano no planeta sem causar maiores impactos ao meio ambiente a si mesmo. Os problemas ambientais ocorrem pelo uso exagerado de seus recursos naturais, a humanidade adotou um modo de vida danoso e com isso a utilização do espaço ambiental levou a uma situação de crise ao meio ambiente e tudo a sua volta.

O referente trabalho tem como objeto de pesquisa a noção de sustentabilidade e consciência ambiental no componente curricular história, do DCMA. Essa discussão sobre o tema sustentabilidade e meio ambiente, iniciou-se em 1972 em uma conferência da Organização das Nações Unidas. Nessa reunião foram definidos os princípios de preservação e melhoria do ambiente natural.

O termo foi ganhando mais espaço nas discussões acerca dos problemas ambientais, cada vez mais acelerados com a crescente industrialização, levando a ONU a realizar a Primeira Conferência Mundial sobre Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972. Apesar de não apresentar grandes resultados práticos, o termo sustentabilidade ganhou maior visibilidade, adentrando definitivamente nos debates acerca do desenvolvimento das nações (JACOBI, 2002, p. 175).

O conceito histórico da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável está atrelado a inquietação da conservação e existência de recursos naturais em ambiente favorável para a continuidade das gerações futuras, recusando a proposta do sistema capitalista no que tange o ritmo e a forma do desenvolvimento das sociedades.

Hoje, estes temas são uma urgência nacional, e todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas, são impulsionadas a dar uma atenção especial a estes sem fugir do currículo oficial, apenas integrando-os em suas disciplinas. Isto porque o ambiente escolar é responsável não apenas pela transmissão do conhecimento, mas pela difusão dos valores culturais entre gerações, pois envolve atitudes e comportamentos que podem transformar o dia a dia e consolidar uma prática diária de cuidado com o meio ambiente por meio de ações sustentáveis.

Desse modo, além da transmissão do conhecimento, há a difusão dos valores culturais entre gerações, pois envolve atitudes e comportamentos que podem transformar o dia a dia e se consolidar como uma prática diária de cuidado com o meio ambiente através de ações sustentáveis.

Como no município de Abaetetuba, a SEMEC coordenou o processo de elaboração da política curricular local, a partir das determinações da BNCC, minha intenção foi explorar a

temática a Sustentabilidade e a formação da consciência ambiental presente no componente curricular história, destinado ao ensino fundamental. Assim, a problemática aqui pesquisada é: como a sustentabilidade é concebida no componente curricular História do DCMA? Os conhecimentos selecionados contribuirão para a formação da consciência ambiental no ensino fundamental?

A partir disso, busca-se trabalhar estes temas com uma atenção especial ao meio ambiente com visão na sustentabilidade, visualizando as mudanças necessárias no conhecimento, na cultura, nos valores, nos comportamentos e estilos de vida para alcançar a sustentabilidade ambiental, sem falar na necessidade de interdisciplinaridade - que como explica Gusdorf (1995), a *interdisciplinaridade* é a busca pela totalidade do conhecimento em oposição ao saber fragmentado - na abordagem destes temas na escola. Isto porque a educação tem um papel fundamental na minimização do consumo, por exemplo, e maximização de ações de sustentabilidade.

Considerando o problema acima indicado, os objetivos de pesquisa são: refletir sobre a noção de sustentabilidade presente no componente curricular História do DCMA, analisar se os conhecimentos selecionados contribuem para a formação da consciência ambiental no ensino fundamental.

A problemática educação e sustentabilidade para a vida, parte da necessidade de criar metodologias de ensino inovadoras, que possibilite a reflexão do aluno, quanto as suas ações, bem como, o que estas têm contribuído para o mundo sustentável. Visto que muitas de nossas escolas não estão verdadeiramente comprometidas com a formação de cidadãos conscientes reflexivos e participativos da sociedade, o que contribui para alcançarmos a sustentabilidade.

A temática abordada tem como base de pesquisa a política curricular do município de Abaetetuba, particularmente o Documento Curricular do Município de Abaetetuba, aprovado no ano de 2019 para orientar a educação infantil e o ensino fundamental. A inquietação que orienta o trabalho é a análise de como a sustentabilidade está sendo abordada neste documento, para que seja possível compreender a importância deste tema dentro das instituições educativas, especialmente se o conhecimento selecionado sobre o tema será capaz de contribuir na formação de cidadãos conscientes.

Apesar do incentivo a abordagem dos temas ambientais no cotidiano escolar ainda há pouco espaço para estes nas disciplinas nos currículos de nossas escolas. A incorporação de ações de sustentabilidade garante, a médio e longo prazo, uma melhor condição de preservação do planeta e da natureza, assim como condições de desenvolvimento de variadas formas de vida

existentes no mundo, podendo garantir diversos recursos naturais essenciais para as próximas gerações, bem como sua preservação, garantindo qualidade de vida a todos.

A educação sustentável não é apenas uma forma de educação, mas busca por soluções para os problemas ambientais. Trata-se de uma extensão fundamental de interação do ser humano com a natureza, que visa introduzir uma luta em prol do meio ambiente de solidariedade e criação de soluções possíveis para os problemas enfrentados.

A sustentabilidade na educação possui um impacto positivo não só aos indivíduos, mas também em mudanças necessárias no sistema educacional, ou seja, educar para a sustentabilidade implica mudanças de ações e atitudes do cotidiano que são nocivas ao meio ambiente, ter o respeito pela vida, o cuidado diário com o planeta e todas as formas de vida existentes, pois todos nós dependemos da natureza para sobreviver.

A sustentabilidade é fundamental para um sistema educacional que busca educar e criar comportamentos e ações sustentáveis que sirvam para o presente e o futuro das próximas gerações, pois compartilham valores, princípios éticos e conhecimentos de como respeitar a natureza e toda sua diversidade, e assim fortalecer a construção de uma sociedade democrática, justa, consciente e sustentável, visando qualidade de vida tanto no presente quanto para as futuras gerações.

O referencial teórico que dará suporte a esta pesquisa é Reigota (1998), Carvalho (2001), Pacheco (2001), Santos (2009). Quando se fala em metodologias alude-se ao fato de que são enumeradas as fontes e como se deu o desenvolvimento da pesquisa. Por pesquisa científica temos que:

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos, em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam esses métodos são ciências. Dessas afirmações, podemos concluir que a utilização de métodos científicos não é da alçada da ciência, mas não há ciência sem emprego de método científico. (LAKATOS, MARCONI, 2003, p. 44).

Sendo uma pesquisa qualitativa temos também que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Sobre os materiais temos que foi uma pesquisa de caráter básico. Em relação aos objetivos tiveram caráter descritivo, e quanto aos procedimentos técnicos tivemos a pesquisa teórica e o estudo documental.

Por classificação pesquisa teórica, cujo objeto de estudo se faz em cima de levantamentos bibliográficos já existentes, isto é, uma revisão bibliográfica. Tendo como pontos positivos, vastos materiais já publicados, como livros, artigos, periódicos, Internet, dentre outros. No entanto, a pesquisa teórica só foca o bibliográfico, não se estende para pesquisa de campo e nem de coleta de dados, para a pesquisa que está sendo levantada.

Já a pesquisa documental faz uso de documentos, conceito comum nas diversas áreas do conhecimento. Mas o que é um documento? Partindo da etimologia da palavra, documento, que corresponde a palavra latina “*documentum*”, significa aquilo que ensina, que serve de exemplo (RONDINELLI, 2011). Para Cellard (2008) não é fácil conceituá-lo e defini-lo é um desafio. Para o autor este termo assume o sentido de prova - instrumento escrito que, por direito, faz fé daquilo que atesta, para servir de registro, prova ou comprovação de fatos ou acontecimentos. Sobre a pesquisa documental o autor ainda afirma que:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295).

Essa pesquisa documental se constituiu em uma forma coerentemente e benéfica para que houvesse a compreensão sobre determinados e renomados autores e pesquisadores na área da sustentabilidade e currículo. Teve-se também ênfase na pesquisa advinda de artigos científicos e revistas da internet que, por sua vez, enriqueceram a fundamentação teórica deste.

A partir dos fatos supracitados, o método de pesquisa envolve um levantamento documental relevante o que contribui para uma investigação mais aprofundado do tema proposto, embasados em vários teóricos contribuindo assim para uma base sólida na problemática abordada. Tendo como área de concentração a metodologia de ensino, metodologia essa que tenha como objetivo formar cidadãos conscientes e preocupados com a sociedade, e manutenção da vida na terra, ou seja, prontos para viver de forma sustentável, sabendo reconhecer sua verdadeira função na sociedade em que vive.

Por fim, esta pesquisa sobre Sustentabilidade, Política Curricular e Consciência Ambiental, apresenta a necessidade de preocupação com o futuro do planeta e com a sobrevivência na terra sejam colocadas em pautas diuturnamente a fim de juntar forças para

equilibrar meio ambiente e sociedade, pautados em observações e análises a partir da análise de política curricular, com um foco principal no tema meio ambiente com visão no desenvolvimento sustentável, na busca de um mundo consciente do real significado da palavra sustentabilidade

A metodologia de pesquisa e apresentação são histórico-descritivas, tendo a preocupação didática de mostrar o tema em sua abrangência geral e regional. Assim, a pesquisa está dividida em duas seções. A primeira seção diz respeito a Política Curricular do Município de Abaetetuba, com as seções: a BNCC e a Política Curricular do Município de Abaetetuba/Pá, A Noção de Educação e Currículo da Política Curricular Local e Princípios e Objetivos Curriculares do DCMA. A segunda seção aborda a Noção de Sustentabilidade no DCMA, tendo como seções: A Sustentabilidade no Componente Curricular História, O Currículo, Sustentabilidade e Consciência Ambiental: Uma análise introdutória e Educação Ambiental: Necessidades, novas posturas e qualidade de vida. Além da Introdução e das Considerações Finais.

Assim, passaremos discorrer sobre o tema proposto, analisando em suas vertentes a Sustentabilidade, Política Curricular e Consciência Ambiental.

2 A POLÍTICA CURRICULAR NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

A Política Curricular precisa atender o cotidiano de seus alunos, através de uma didática elaborada envolta nesse processo, alinhando estudo em todo o cenário vivido por seus discentes. Nesse contexto, vai ser explanado aqui todas as diretrizes que fazem parte do tema abordado, dando ênfase ao DCMA, objeto de estudo dessa temática, cuja finalidade é auxiliar aos trabalhos pedagógicos dos educadores, pensando sempre em sua realidade regional.

2.1 A Bncc e a Política Curricular do Município de Abaetetuba/Pa

Procurando atender a realidade educacional de cada município brasileiro a BNCC - através de suas diretrizes - vai se adaptando as peculiaridades regionais, através das Diretrizes curriculares de cada município.

Assim, explicitada na Constituição Federal de 1988, na lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)” p. 07.

Tornando-se, portanto, como documento norteador dos currículos de estados, municípios e da rede privada, seu estudo tornou-se essencial a análise dos espaços para a inserção da Educação Ambiental (EA) escolar.

Uma “educação de qualidade” é ecoada em todos os sistemas que compõe um país, no entanto, ter essa educação que é a problemática, pois nem todos os espaços territoriais possuem meios para chegar a essa qualidade. Na visão de Macedo:

Grupos políticos distintos se constituem, no entanto, nos processos de significar tanto a qualidade da educação quanto a suposta crise do sistema. Ou seja, as diferentes demandas tornadas equivalentes na luta por uma educação de qualidade também não são unitárias, elas são constituídas e hegemônicas em outras articulações. Há, nas políticas curriculares recentes, demandas por equidade, por representatividade de “grupos minoritários”, por universalismo epistemológico, por direito ao acesso e a permanência na escola, por profissionalização, entre muitas outras tornadas equivalentes sob o significante qualidade. Cada uma delas é a consolidação de uma pluralidade produzida no embate indecível entre as lógicas da diferença e da equivalência. Essa mesma pluralidade pode ser identificada na atribuição de sentidos a crise que serve de exterior constitutivo as hegemônicas das demandas por qualidade. (MACEDO 2012, p.07-08).

Macedo (2012), analisa a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e aborda como essas diretrizes orientam que a BNCC deve ser construída. Em entrevista a Manuel Alves Filho para o Jornal da Unicamp em dezembro de 2017, a professora especialista Maria do Carmo Martins afirma que:

A Base não é uma pauta específica dos segmentos privatizantes. Ao contrário, ela está na agenda de diferentes grupos sociais, inclusive os que fazem uma forte defesa da escola pública de qualidade. No entanto, os representantes dos interesses mercadológicos se vincularam ao Estado e conseguiram explicitar suas demandas. Uma das consequências dessa estratégia foi a saída de alguns movimentos do processo, porque perceberam que não poderiam mais fazer a defesa da escola pública. (ALVES FILHO 2017, p. 01).

Para a especialista, a BNCC possui um caráter conservador, abordando de maneira tímida o que diz respeito aos direitos sociais de forma geral. Segundo, o também professor da Unicamp Antonio Carlos Amorim, a nova versão da BNCC expressa de forma mais enfática os interesses mercadológicos, que podem ser constatados em diversos aspectos,

O contorno conservador da BNCC é reforçado pelo docente. De acordo com ele, ao indicar a implantação de currículos mínimos nacionais, a Base deixa de ressaltar vários temas, notadamente culturais, o que expressaria uma certa concepção de neutralidade das ciências pedagógicas. Desse modo, disciplinas que trabalham temas considerados mais polêmicos, como questões relacionadas a diversidade de gêneros, perderiam espaço, algo bem afinado com as bandeiras defendidas pelos adeptos da Escola sem Partido. (ALVES FILHO, 2017, p. 01).

Para os especialistas, a Base representa uma visão complexa em sua processo de elaboração, na visão dos mesmos, tudo que é identificado como popular está a margem das políticas públicas. Portanto, é preciso que as referidas políticas públicas abrangem todas as classes sociais dentro e fora de um muro escolar, envolvendo alunos, professores, a sociedade em geral em um bem comum, criar cidadãos engajados, críticos, disciplinados, envolvidos em construir uma educação cada vez melhor com equidade e justiça social.

No ano de 2018, mais precisamente em dezembro, o Estado do Pará apresentou o Documento Estadual alinhado em consonância a BNCC e, através desse documento, foi elaborado o Documento Curricular do Município de Abaetetuba e de outros municípios do estado. O prazo estipulado foi até 30 de dezembro de 2019 para que os mesmos elaborassem e homologassem as propostas curriculares locais em concordância com a BNCC.

Neste cenário, a Política Curricular no Município de Abaetetuba sofreu uma reestruturação em seus conceitos. Durante muitos anos foi estruturada nos moldes do regime seriado. Nessa dinâmica de organização escolar, os alunos eram agrupados em séries, segundo sua idade e seu desempenho escolar. A forma de avaliar a aprendizagem era a progressão

regular por séries, com objetivo da verificação do rendimento escolar, tanto ao longo do ano letivo, como ao seu final, quando as aprendizagens eram verificadas através de testes e provas para comprovar se os alunos estavam aptos ou não para prosseguir para a série seguinte.

Figura 1- Imagem da capa do Documento Curricular do Município de Abaetetuba.



Fonte: DCMA, 2019.

O DCMA contém 371 página e está organizado em 13 seções e, segundo este:

[...] a Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação se estruturava a partir da seleção de conteúdos por disciplinas, onde a Secretaria de Educação através de suas Coordenações juntamente com as escolas planejava coletivamente as ações a serem realizadas e os conteúdos que fariam parte da Proposta Curricular do ano em curso, ficando a critério das instituições de ensino realizarem as adaptações necessárias dos conteúdos de acordo com a sua realidade (DCMA, 2019, p. 9).

Portanto, princípios e objetivos devem caminhar juntos no sentido de dar suporte a rede de ensino de cada município, por meio de propostas educacionais difundidas em cada diretriz apresentada na esfera nacional, estadual e municipal. Assim, o componente curricular se completa em toda a sua extensão.

De acordo com DCMA a proposta educacional pensada para a Rede Municipal de Educação de Abaetetuba tem em seu bojo o desafio de contribuir na e para a formação dos educandos/cidadãos, tanto no que tange a capacidade cognitiva, social, política, cultural, física,

afetiva, como no desenvolvimento da essência mística. Assim, a Secretaria Municipal de Educação visa uma gestão pedagógica inclusiva, administrativa e financeira que possibilite a formação de cidadãos críticos, participativos, criativos e politizados, capazes de compreender criticamente a realidade social, econômica, política, respeitando a diversidade natural e cultural, com atitudes e princípios éticos e morais.

Segundo o Documento Curricular do Município de Abaetetuba/DCMA:

A forma de avaliar a aprendizagem era a progressão regular por séries, com objetivo da verificação do rendimento escolar, tanto ao longo do ano letivo, como ao seu final, quando as aprendizagens eram verificadas através de testes e provas para comprovar se os alunos estavam aptos ou não para prosseguir para a série seguinte. Nesse contexto, a Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação se estruturava a partir da seleção de conteúdos por disciplinas, onde a Secretaria de Educação através de suas Coordenações juntamente com as escolas planejava coletivamente as ações a serem realizadas e os conteúdos que fariam parte da Proposta Curricular do ano em curso, ficando a critério das instituições de ensino realizarem as adaptações necessárias dos conteúdos de acordo com a sua realidade. (DCMA, 2019, p. 9).

Com essas mudanças alinhadas a BNCC, é importante mencionar que todas as modificações foram efetuadas objetivando dar melhor amparo ao ensino-aprendizagem, buscando um ensino melhor adequado a cada criança, pois a necessidade de se formar cidadãos cada vez mais críticos e conscientes é urgente, diante das disparidades encontradas em todas as esferas sociais.

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza (BNCC, 2017, p. 13).

Buscar uma educação de qualidade é primordial, pois esta não deve ficar restrita somente aos estabelecimentos de ensino de redes privadas, de modo que todo educando tem o direito a ter uma educação de qualidade, amparada em sua totalidade por conteúdos plausíveis, a fim de causar no aluno curiosidades e um despertar mais latente na busca pelo saber com oportunidades iguais para todos os estudantes amparados na BNCC e em todas as diretrizes criadas para tal fim.

2.2 A Noção de Educação e Currículo da Política Curricular local

O processo educacional demanda a compreensão de seu processo em todas as esferas sociais, pois educar vai além de instruir crianças e jovens, educar é estimular o raciocínio, é

aprimorar o senso crítico, as faculdades intelectuais, físicas e morais. Partindo dessas argumentações, a educação está intrinsecamente ligada ao currículo, instrumento organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações docentes.

Diante desses fatos, o currículo pode ser caracterizado como um conjunto de ações pedagógicas, pensado para dar suporte aos docentes em seu processo de formação, sendo também, objeto priorizado nos trabalhos dos conselhos nacional, estadual e municipais de educação. Para Veiga Neto (2002):

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive, a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito (VEIGA NETO, 2002, p.7)

Cavalcanti (2011) também traz a definição de currículo utilizada por Pacheco. Para este autor:

O currículo é: “um projeto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interativo, que implica unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem” (CAVALCANTI *apud* PACHECO, 2011, p. 175).

O currículo pensado para ser desenvolvido dentro da esfera educacional, sendo uma organização do conhecimento escolar, o que para Veiga (2002, p. 07) refere-se “[...] a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares”. Veiga, enfatiza que compreender o conhecimento escolar, abre um leque de maior cognição no diz respeito as questões curriculares.

A tarefa de ensinar nesse país não é fácil, uma vez que a educação já passou por muitas transformações e adaptá-la a realidade de cada estado e município se torna cada vez mais desafiador. Por conseguinte, o currículo é uma construção social, totalmente relacionada a momentos históricos, sociedades específicas e relações com o conhecimento. Nesse sentido, educação e currículo são vistos tão intimamente relacionados aos processos culturais quanto a construção da identidade local e nacional.

[...] os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos as novas dinâmicas e reinterpretadas em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. Cabe a nós, como profissionais de educação encontrar respostas. (LIMA, 2007, p. 09).

Ainda, segundo Lima (2007), “[...] o educador necessita adequar a prática pedagógica as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos”. Nesse contexto, os alunos principalmente nos anos iniciais da vida escolar, precisam ser envolvidos em novos conhecimentos com diferentes métodos que deem conta da realidade atual.

A instituição escolar foi constituída na história da humanidade como espaço de socialização do conhecimento formal historicamente construído. [...] A escola é um espaço de ampliação da experiência humana, devendo, para tanto, não se limitar as experiências cotidianas da criança e trazendo, necessariamente conhecimentos novos, metodologias e áreas de conhecimento contemporâneas (LIMA, 2007, p. 19).

A escola passa a ser o aporte de novos conhecimentos retratados através de uma didática arrojada acompanhando a transformações educacionais dos dias atuais. Cada metodologia a ser desenvolvida em sala de aula, precisa apresentar propostas claras e objetivas que englobem cada criança nesse processo assim também como cada educador.

A opção da escola por esta ou aquela organização curricular requer uma meticulosa discussão, pois cada escola será reconhecida pelo tipo de homem que ela deseja formar e por meio dos mecanismos que utiliza na definição de seu currículo: propondo, selecionando, privilegiando, excluindo, silenciando conteúdos e posturas tanto dos professores e alunos quanto de possíveis interesses das comunidades onde as escolas se localizam (GONTIJO, GONTIJO. Salto Para o Futuro. Série Currículo e Projetos. Programa N° 4/2004).

O Currículo integra certas metodologias algumas perenes, porém, busca sempre o novo, a melhor alternativa de aprendizagem segundo a realidade de cada estado e município. Adaptar-se a verdade pedagógica requer muito conhecimento e autenticidade de cada gestor e educador ligado nesse processo de propostas inovadoras.

Os currículos escolares estão divididos em: Currículo Formal, Real e Oculto. Segundo a Política Curricular no Município de Abaetetuba.

O Currículo Formal: (oficial, prescrito) é um documento proativo ou normativo, isto é, determinado pelo governo. No intuito de orientar e organizar o que será ensinado na escola de forma real é estruturado por diretrizes normativas prescritas institucionalmente, possibilitando abertura a influências regionais e locais. Ou seja, é através deste que se baseia o que será ensinado na escola de forma real (DCMA, 2019, p.20).

O Currículo Real: (em Ação) é toda atividade estruturada ou não estruturada que faz parte do cotidiano dos alunos dentro do espaço escolar para fins das atividades letivas. É constituído pela prática de ensino do professor e o que está sendo aprendido pelos alunos. Assim, o currículo real é o segundo passo no ensino e é a materialização/contextualização do Currículo Formal. Uma característica deste tipo de currículo é que ele pode ser mudado, de acordo com a percepção de ensino. Para

Libâneo (1998, p. 56) o currículo real é “como ponte entre teoria e prática, a partir da prática”. Contudo essa prática deve ser reflexiva, de modo que permita ao professor, além de realizar suas atividades de sala de aula, ter a capacidade de avaliar seu fazer e criar espaço para que o aluno o avalie também. Somente a partir destas duas avaliações, o professor tem possibilidade de desconstruir tudo aquilo que está imposto e, mesmo que a passos lentos, terá a capacidade de construir novas práticas DCMA, 2019, p.20).

O Currículo Oculto: (Funcional) esta forma de currículo se faz presente nas situações de ensino e aprendizagem de sala de aula diariamente, pois são métodos e práticas educativas que trazem resultados de aprendizagens não explícitos de acordo com os planos educativos. É tudo que o aluno aprende no meio social escolar, ou seja, é tudo aquilo que passa, acontece e toca diariamente o meio social e escolar. “No currículo oculto o discurso do corpo, as feições do rosto, os gestos, são mais fortes do que a oralidade.(FREIRE, 2000, p. 123) (DCMA, 2019, p. 20).

Dentro desses aspectos supracitados, o município de Abaetetuba procurou atender as concepções gerais da BNCC, bem como do Estado do Pará, elaborando uma proposta curricular, por meio de uma metodologia para atender as necessidades e as realidades do município. Partindo dessa visão, o município através do DCMA, o currículo formal ou oficial está sendo prescrito, moldado as necessidades do sistema educacional oficial, considerando as suas peculiaridades, costumes, culturas e modo de viver de cada educando.

O DCMA, é o documento normativo determinado pelo governo municipal para orientar e organizar o que será ensinado na escola. Os muitos componentes curriculares como Português, Matemática, Geografia, Ciências, História e outros que fazem parte da tradição pedagógica, fazem a ligação entre o conhecimento e a formação de crianças e jovens, sendo constantemente atualizados e ajustados conforme a necessidade de sua inserção em sala de aula.

Considerando a necessidade mencionada pelo autor acima, é preciso conhecer os princípios e objetivos que orientam a política curricular de Abaetetuba.

2.3 Princípios e Objetivos Curriculares do DCMA

De acordo com a Política Curricular do Município de Abaetetuba, a Secretaria Municipal de Educação da referida cidade, órgão mantenedor da educação local, tem a responsabilidade de definir a política educacional municipal e apresentar princípios, resguardando em sua essência as especificidades do local, abrangendo as áreas políticas, sociais, econômicas, culturais.

Desse modo, a educação procura abranger diferentes áreas do conhecimento, dentre esses, a educação voltada para a preservação do meio ambiente e a sua sustentabilidade, cujo objeto de estudo é abordado nessa temática.

O Município de Abaetetuba em consonância com o Documento Curricular Nacional e o Documento Curricular do Estado do Pará, em sua proposta Curricular visa implementar políticas públicas de qualidade no campo educacional, a fim de garantir as populações da cidade e do campo: estradas/ramais/ilhas, com suas especificidades e diversidades, a equidade sociocultural possibilitando a sua inserção nos processos criativos e produtivos que emanam dos diferentes grupos sociais e/ou comunidades sejam elas camponesas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas ou cidadinas.

Tais princípios devem estar em consonância com a abordagem multidisciplinar focando no dinamismo do processo ensino-aprendizagem, abordando sempre em seus conteúdos curriculares, os costumes, culturas e modo de vida de seus alunos e suas famílias. É importante mencionar que o processo de ensino deve despertar em cada aluno uma reflexão sobre a realidade vigente e preparar o educando como agente transformador em seu espaço de vivência.

As diretrizes devem acompanhar essas modificações, despertando dentro do ambiente escolar e em cada discente o sentimento de confiança em sua capacidade afetiva, física, cognitiva, ética, inter-relação pessoal e de inserção social, para que sejam capazes de ser agentes modificadores no ambiente em que vivem.

3 A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE DO DCMA

Esta seção tratará do conceito e do conteúdo de sustentabilidade no componente curricular História do DCMA, buscando refletir sobre sua capacidade de formar consciência ambiental nas crianças e jovens do ensino fundamental.

O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. Com isso, as perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambas expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico.

As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as originárias do tempo presente que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem dialogada com o tempo atual.

Portanto, o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais. Nesse sentido, o historiador não faz o documento falar, mas a explicitação de seus critérios e procedimentos parte fundamental para definir o alcance de sua fala.

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história

A história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas.

A contextualização é uma tarefa imprescindível para o conhecimento histórico. Com base em níveis variados de exigência, das operações mais simples as mais elaboradas, os alunos devem ser instigados a aprender a contextualizar. Saber localizar momentos e lugares específicos de um evento, de um discurso ou de um registro das atividades humanas é tarefa fundamental para evitar atribuição de sentidos e significados não condizentes com uma determinada época, grupo social, comunidade ou território.

A educação ambiental assume cada vez mais uma função política importante, seja na disseminação de uma consciência ambiental, seja no fomento de novas ações e comportamentos

cotidianos para o enfrentamento dos problemas atuais. Exemplo disso é a presença crescente de um discurso que veicula a educação como instrumento importante na consolidação de um modelo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável. Santos (2009), considera que,

[...] os conteúdos curriculares devem permitir que os alunos desenvolvam sua capacidade de argumentação, de questionamento, de crítica e sua capacidade de formular propostas de solução para problemas detectados. [...] é fundamental que o currículo trabalhe com habilidades que vão além do desenvolvimento cognitivo e envolvam diferentes campos da cultura, garantindo a presença de produções culturais dos mais diferentes grupos sociais e culturais, de tal modo que os estudantes sejam capazes de lidar com a diferença, valorizando e respeitando a cultura do outro, condição necessária para a vida em uma sociedade realmente democrática. (SANTOS, 2009, p. 13 - 14) .

Santos (2009), sugere um currículo que

[...] busque a integração de conteúdos de diferentes campos, rompendo com a organização disciplinar, que se articule com os problemas da vida cotidiana, buscando formas de trabalho que permitam ao aluno construir conhecimento, bem como diferentes habilidades intelectuais, formas de conduta e valores (SANTOS, 2009, p. 13).

Para Cordeiro (2010) o currículo das escolas da cidade e no/do campo deve

se alicerçar no reconhecimento e na afirmação da diversidade sociocultural, contribuindo com uma formação pautada na convivência das diferenças e na participação do conjunto de seus sujeitos, grupos e populações nos rumos de um projeto [...] de desenvolvimento territorial inclusivo, sustentável e solidário (CORDEIRO, 2010, p. 60).

Desta forma, se mostra primordial a atenção que o DCMA dá para a questão ambiental, sobretudo no que se refere a sustentabilidade como um todo. Essa discussão será aprofundada a seguir.

3.1 A Sustentabilidade no Componente Curricular História

Abaixo apresentamos uma tabela na qual estão elencados e transcritos o conteúdo sobre sustentabilidade no DCMA:

Tabela 1 - Conteúdos sobre sustentabilidade no componente curricular História no DCMA, séries iniciais.

| ANO | CONTEÚDO | OBJETIVOS |
|--------|--|---|
| 1º ano | Sustentabilidade ambiental: reflorestamento, arborização e jardinagem e horta. | (EF03HI01) Identificar os grupos populacionais que formam a cidade e o município, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas etc. |

| | | |
|---------------|--|--|
| 2º ano | Sustentabilidade ambiental: reflorestamento, arborização e jardinagem e horta. | (EF02HI11) Identificar impactos no ambiente causados pelas diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive. |
| 3º ano | Sustentabilidade ambiental: reflorestamento, arborização e jardinagem e horta. | (EF03HI09) A cidade, seus espaços públicos e privados e suas áreas de conservação ambiental. |
| 4º ano | Sustentabilidade ambiental: reflorestamento, arborização e jardinagem e horta. | (EF04HI04) Identificar as relações entre os indivíduos e a natureza e discutir o significado do nomadismo e da fixação das primeiras comunidades humanas, (EF04HI05) Relacionar os processos de ocupação do campo a intervenções na natureza, avaliando os resultados dessas intervenções, (EF04HI07) Identificar e descrever a importância dos caminhos terrestres, fluviais e marítimos para a dinâmica da vida comercial. |
| 5º ano | Sustentabilidade ambiental: reflorestamento, arborização e jardinagem e horta. | (EF04HI02) Identificar mudanças ocorridas ao longo do tempo, com base nos grandes marcos da história da humanidade, tais como o desenvolvimento da agricultura e do pastoreio e a criação da indústria, colocando em questão perspectivas evolucionistas, (EF04HI01) Reconhecer a história como resultado da ação do ser humano, no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças ocorridas ao longo do tempo. |

FONTE: Elaborado pelo autor (2021).

Como é possível observar na tabela acima, do 1º ao 5º ano há um único conteúdo "Sustentabilidade ambiental: reflorestamento, arborização e jardinagem e horta", e vários objetivos, sendo o objetivo do 1º ano relacionado a compreensão de como o fluxo de pessoas no âmbito da cidade e do campo numa perspectiva economicista que afeta o meio ambiente com suas consequências, como por exemplo o desmatamento, já o objetivo do 2º ano refere-se a compreensão de como as formas de trabalho impactam o meio ambiente, o objetivo relacionado ao 3º ano vem tratar de espaços de conservação ambiental sendo estes relacionados a cidade em si, em relação ao 4º ano os objetivos referem-se a discussão sobre o nomadismo, processos de ocupação rurais e dinâmica de vias de transporte, por fim, os objetivos

relacionados ao 5º ano tem sua discussão em grandes marcos evolucionistas na história, bem como delimita esses marcos em âmbitos da agricultura e da criação de indústria. Com base nesses dados, introduziremos o tópico seguinte.

3.2 O Currículo, Sustentabilidade e Consciência Ambiental: uma análise introdutória

Conforme demonstrado anteriormente, o termo currículo é ligado a diferentes compreensões que decorrem das formas como a educação é tida ao longo da história, além das teorias que a caracterizam e se sobrepõem de forma hegemônica em determinados momentos. (MOREIRA, CANDAU, 2008).

O conteúdo do componente História não nos parece suficiente para que haja eficácia na aprendizagem e na real conscientização sobre conceitos relacionados ao meio ambiente, muito embora, os objetivos traçados tenham em sua grafia muitos pontos positivos e devem, baseado no processo de ensino-aprendizagem do aluno, estimular a formulação de um caráter de um cidadão consciente de seus direitos e deveres para com o meio ambiente em que vive.

Dessa forma o currículo pode ser compreendido de diferentes maneiras, devido diversas questões sócio-econômicas, políticas, e culturais que perfazem a sua constituição. Moreira e Candau destacam algumas dessas concepções produzidas historicamente.

(a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos, (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais, (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino, (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização (MOREIRA, CANDAU, 2008, p. 18).

Procurando ir além das clássicas definições elencadas, Moreira e Candau (2008) apontam que seu entendimento de currículo reporta-se as experiências escolares que circundam o conhecimento, integradas a relações sociais, que incidem no desenvolvimento das identidades dos alunos. Desse modo currículo estaria ligado a ações pedagógicas realizadas com finalidades educativas (MOREIRA, CANDAU, 2008).

Sob essa perspectiva teórica o conhecimento escolar é visto como central na construção do currículo e sua aprendizagem é imprescindível para que os estudantes possam apreender, criticar e reconstruir os conhecimentos socialmente construídos. Por essa razão, o imperativo de um ensino ativo e efetivo, com professores empenhados na organização e escolha de conhecimentos significativos e de relevância a serem estudados pelos alunos, são definidos por Moreira e Candau (2008):

A nosso ver, são indispensáveis conhecimentos escolares que facilitem ao (a) aluno (a) uma compreensão acurada da realidade em que está inserido, que possibilitem uma ação consciente e segura no mundo imediato e que, além disso, promovam a ampliação de seu universo cultural (MOREIRA, CANDAU, 2008, p.21).

Destaca-se ainda a utilização do termo currículo para apontar outros aspectos do cotidiano escolar, os quais não aparecessem nos planos e propostas da escola, e dessa forma não sendo notados pela comunidade escolar. Trata-se do denominado currículo oculto, “[...] que envolve, predominantemente, atitudes e valores transmitidos, subliminarmente, pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar” (MOREIRA, CANDAU, 2008, p.18).

Na análise de Pacheco (2001), a diversidade de definições de currículo as quais o estudioso analisa, é apresentada em duas categorias, sendo que na primeira o currículo é visto como um plano de estudos estruturado e constituído, de objetivos, conteúdos e atividades, conforme a natureza das disciplinas. Na segunda categoria, o currículo é percebido de formas diferentes, pois além de estar referido a um plano, considera as experiências educativas vivenciadas pelos alunos no contexto escolar, o que faz com que as finalidades que o subjazem possuam grande grau de indeterminação além de adaptarem-se em virtude das condições da sua aplicação.

Mesmo divergente em suas abordagens Pacheco (2001), determina três pensamentos centrais subjacentes ao currículo: um primeiro que trata de um desígnio educativo planejado no tempo e espaço em razão de objetivos, um segundo que aponta um processo de ensino aprendizagem referenciado a conteúdos e atividades e um terceiro que indica um contexto específico, o da escola.

Ao analisar o currículo como um propósito contextualizado em uma determinada sociedade, Pacheco (2001) enfatiza que o mesmo sofre influência social, cultural, histórica e de valores do contexto onde está situado, bem como das pessoas nele interferem, destaca as questões de ordem política, social, administrativa e educativa. Levando em conta as mesmas o estudioso afirma:

O currículo, apesar das diferentes perspectivas e dos diversos dualismos, define-se como um projeto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interativo, que implica unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino-aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares,...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas. (PACHECO, 2001, p. 20).

A respeito da política curricular Pacheco (2001), coloca que a mesma está imbuída de uma ideologia - conjunto de ideias ou uma idealização sobre algo - que envolve decisões de forças políticas, determinações das conjunturas escolares implementadas por meio de leis, decretos de lei, portarias, normativas, circulares, textos de apoio além de documentos internos da escola. Os contextos de decisão curricular podem ser explicados da seguinte maneira, “político-administrativo (no âmbito da administração central), de gestão (no âmbito da escola e da administração regional), de realização (no âmbito da sala de aula)” (PACHECO, 2001, p.68).

Pacheco (2001), afirma ainda que o currículo exerce o papel de condutor da ideologia educacional determinando os rumos e reproduzindo a ideologia dominante, por meio do complexo educacional. Dessa forma é possível concluir que os currículos resultam da história humana, cultural e social, e servem de instrumentos através dos quais os dirigentes exercem influência sobre os processos de educação.

A partir dessas concepções, faz-se possível privilegiar o currículo como um projeto, tal como assinalado por Pacheco (2001). Assume-se tal perspectiva na medida em que o currículo é sempre direcionado para o futuro, como um projeto de formação para os sujeitos de um determinado contexto. Entretanto, segundo Moreira e Candau (2008), esse projeto formativo precisa tomar como centro as experiências escolares que envolvem o conhecimento escolar. Com esse entendimento, busca-se examinar, nos próximos parágrafos as políticas curriculares de sustentabilidade e consciência ambiental.

A sustentabilidade, por sua vez, é uma das categorias analisadas neste estudo, sendo apontada por Layrargues (2006), como uma forma de resguardar a sociedade, a economia e o meio ambiente, para que desse modo aconteçam mudanças progressivas em favor da melhoria da qualidade de vida. Para Carvalho (2001), o projeto de educar para a sustentabilidade pressupõe compartilhar das motivações dos diversos movimentos sociais que lutam por outro mundo possível, ou ainda por uma globalização diferente da vigente, onde o foco encontra-se no enfrentamento dos conflitos. E em nossa análise o DCMA trás isso como proposta para o ensino.

Esse entendimento de sustentabilidade abre possibilidades para novas formas de uso do meio ambiente, diferentes forças, corroborando para um ideário ambiental, que possibilite novas decisões pautadas pela democracia, pela justiça ambiental e pela valorização da vida e das populações.

É possível observar que o documento referenciado neste estudo estabelece relação entre as categorias sustentabilidade e qualidade de vida, além da cidadania, sendo possível esta verificação através da análise.

3.3 Educação Ambiental: necessidades, novas posturas e qualidade de vida

A preocupação dos educadores e compromisso dos mesmos com as questões ligadas a Educação Ambiental demonstram, a partir do exposto por Reigota (1998), que os profissionais da educação refletindo sobre a problemática ambiental, identificaram a necessidade de inserir a Educação Ambiental, como uma das formas de modificar o quadro que apresenta o desequilíbrio ambiental e a degradação socioambiental. Nesse sentido Guimarães (1995) sustenta a ideia que a Educação Ambiental, direcionada a participação ativa dos sujeitos, mostra-se como uma dimensão do processo educativo, onde os mesmos buscam a construção de novas posturas perante a problemática ambiental, que contemple a sustentabilidade visando a melhoria da qualidade de vida.

Tendo em vista o objetivo acima descrito é possível estabelecer relação do mesmo com a lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, onde é apontado que a Educação Ambiental pode ser formal em nível escolar ou informal, por meio de práticas educativas que abarquem a comunidade em prol do meio ambiente. Conforme avalia Carvalho (2006), a educação orientada e permanente, iniciada na infância contribui para o fortalecimento do elo entre o ser humano e o meio ambiente, especialmente de valores e responsabilidade ambiental que objetivam a sustentabilidade.

Quando o documento curricular aponta para uma possível mudança de hábitos praticados por alunos e comunidade escolar em direção a sustentabilidade, destaca-se a contribuição de Leff (2000) ao falar da necessidade de se refletir e pensar mudanças nos sistemas de conhecimento, dos valores e comportamentos oriundos da racionalidade existente, oriunda do aspecto econômico do desenvolvimento, com a finalidade de propor soluções aos crescentes e complexos problemas ambientais.

No tocante a avaliação do DCMA e seu conceito de “Sustentabilidade ambiental”, a escola precisa ter em mente que o mesmo será avaliado pela participação e envolvimento de toda a comunidade escolar e local nas ações de sustentabilidade. A escola será avaliada de acordo com sua aplicabilidade no cotidiano das famílias envolvidas. A sustentabilidade nesse ponto é vista como ação, como palpável, o que seria a aplicabilidade dos princípios da mesma, Layrargues (2006).

O processo da Agenda 21 (a Agenda 21 é um programa de ação, baseado num documento de 40 capítulos, o qual constitui uma tentativa de gerar, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, trata-se de um documento consensual para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países num processo preparatório que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida por ECO-92), por exemplo, é um potencial transformador das relações sociais, tendo em vista o desafio político da sustentabilidade. Ele vincula-se ao fortalecimento da democracia e da construção da cidadania (REIGOTA, 1998), na construção da Agenda 21 da escola, é possível observar no objetivo geral da mesma, a preocupação com a sustentabilidade relacionada a questão do consumo, com ênfase a destinação correta dos resíduos dos processos produtivos conforme segue:

Conscientizar a comunidade escolar e local sobre a importância da preservação do meio ambiente, bem como, os princípios básicos de sustentabilidade. Sabemos que nossa sobrevivência depende do consumo, da existência de alimentos, da disponibilidade de matéria-prima para os processos produtivos, contudo da capacidade dos vários resíduos que produzimos, serem destinados corretamente para que não tornem uma ameaça ao meio ambiente. (DOCUMENTO 4, p.5).

De acordo com Reigota (1998), a Educação Ambiental assinala propostas pedagógicas norteadas pela conscientização, mudanças de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos alunos, questões essas que fazem parte das propostas do DCMA. Ela visa a sustentabilidade como elemento integrador e básico, na estimulação constante das responsabilidades éticas, sendo que a ênfase nas questões econômicas serve para repensar os elementos relacionados a equidade, a justiça social e a ética dos seres vivos.

Também Carvalho (2001), aponta a necessidade de se tomar consciência da problemática ambiental, por meio de questionamentos as ideologias teóricas e práticas. Vale ainda lembrar a proposição da participação democrática da sociedade na gestão dos seus recursos atuais e potenciais, bem como no processo de tomada de decisões na escolha de novos modos de vida e edificação do futuro, sob o prisma da sustentabilidade.

Quando o DMA propõe que a escola trace a justificativa de trabalhar sobre o assunto são assinaladas algumas ações que levariam a prática da ideia de sustentabilidade. Desta maneira nosso pensamento remete a separação do lixo e seu destino correto, economia da água, proibição das queimadas, a não utilização dos agrotóxicos e assim segue este raciocínio.

Nesse sentido Carvalho (2001), aponta a importância de se pensar a sustentabilidade relacionada a ação cidadã, onde o espaço público é marcado pela construção social, de maneira ambiental e socialmente sustentável, de modo que as relações entre sociedade e natureza aconteçam de forma equilibrada. Dessa forma, Carvalho ressalta que não se pode deixar de lado o caráter transformador do comportamento ambiental, pois isso limitaria a questão da sustentabilidade a esfera privada dos comportamentos ambientalmente corretos de consciências individuais e não coletivas.

Layrargues (2006) apresenta a sustentabilidade como possibilidade de preservar a sociedade, a economia e o meio ambiente para que dessa forma aconteça uma transformação simultânea e contínua em favor da melhoria da qualidade de vida. Em se tratando de consciência ambiental temos que a nocividade que se encontra albergada na falta de competência para o enfrentamento das imprevisões pode suscitar inúmeras concepções, entre as quais a de que o docente tem o indefectível papel de mediador e orientador, sendo ele, portanto, o responsável maior pela condução adequada de estratégias pedagógicas visando a atenuação de indefinições e dúvidas que pululam a mente dos estudantes, em especial no tocante as questões ambientais.

Isso porque em muitas escolas o tratamento que se oferece aos dilemas ambientais é operado – quando ocorre – por disciplinas de cunho eminentemente teórico, não havendo caminhos alternativos que permitam ao aluno vivenciar as questões problematizadas em sala por meio de um instrumental prático, executável.

Ora, comprova-se o cabimento aqui posto: ao docente recai a responsabilidade em adequar o currículo as exigências que o território determina e, antes, sensibilizar-se com os acontecimentos tão bem evidenciados em termos de mazelas ambientais, sendo desnecessário aguardar que uma grande catástrofe ocorra próximo a unidade educacional para que uma medida mais eficaz seja adotada com o fito de fomentar a consciência ecológica dos alunos. A intencionalidade e subsequente ação em campo do docente exemplificam e plasmam as repercussões que sustentarão a consciência ecológica dos alunos.

Capra (2008, p. 24-25) afirma que a dimensão emocional “[...] tem sido cada vez mais reconhecida como um componente essencial do processo de aprendizado.” O construto emocional é movido por um estímulo que induz o indivíduo a reagir em direção a uma ação ou comportamento a partir do estado de tensão promovido. O comportamento derradeiro pode produzir a frustração ou a satisfação.

É no âmbito do estímulo que aterrissa o docente. Aliás, mesmo aqueles que acreditam que os fatos absurdos que têm ocorrido mundo afora custarão a chegar, decerto que

desconhecem a complexidade e a imensidão que cuida o meio ambiente. Em qualquer setor, em qualquer lugar, em qualquer recanto, há sempre uma (re)ação ambiental a ser realizada. Talvez a cegueira didática contribua para os danos que existem.

Talvez a baixa ênfase em termos práticos enunciados nos currículos dos cursos superiores dê este viés que beira a irresponsabilidade. É um marco o escopo a ser fomentado na seara acadêmica, cujo protagonista de primeira constelação é o docente. Aliado a sua competência, a qual reúne habilidades, conhecimento e principalmente atitudes, o docente ancora uma iniciativa que reluz e transborda a emotividade ecológica.

Segundo Feldmann (2008, p. 147), “[...] é impossível não sentir individualmente uma enorme pequenez perante o problema, se o que temos visto é a incapacidade das instituições de apresentar, em curto prazo, soluções concretas para os problemas [...]” ambientais, os quais estão na vitrine das discussões mundiais. Objetivamente, não há necessidade de que a abordagem ambiental seja produzida em sala de aula para que as pessoas compreendam que algo não está correto no mundo físico.

A fonte de desequilíbrios e incoerências brota em proximidade indiscutível. Basta simplesmente se ater a exemplos vivos e cotidianos em nossa volta para entender a dimensão do problema e edificar a indignação: lixo exposto nas ruas, aridez e infertilidade do solo, chuvas reduzidas, baixa umidade do ar, poluições atmosféricas, hídricas e sonoras, lixões a céu aberto, ausência de tratamento de material reciclável, queimadas intencionais ou não, incêndios florestais, falta de coleta seletiva do lixo, entre outros. Desperta atenção dos ambientalistas a deterioração ou o esgotamento dos recursos renováveis (GIDDENS, 2012). Essa instabilidade pressupõe que medidas urgentes precisam ser postas a prova e que algumas ações estão sob o albergue do gestor público.

Se o docente intervier no tempo certo, muitas das frustrações ambientais que se têm observado há algumas décadas serão mitigadas, isso porque no estrato familiar quase nenhum debate se desenvolve sobre a temática, transferindo-se para a arena educacional a responsabilidade de discuti-la. A fonte, as vezes, é única. Tal condição perpassa pela adoção de um sentimentalismo ecológico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto neste trabalho possibilitou verificar que a situação ambiental, considerando o âmbito da modernidade, tem de ser enfrentado de maneira sólida pelo conhecimento e informações que tenham como cunho a formação de estudantes e cidadãos com consciência ambiental.

Nesse sentido, Reigota (1998) afirma que a Educação Ambiental precisa problematizar os padrões de consumo e de produção, além das ideologias dominantes disseminadas pelos meios de comunicação de massa.

Após a análise do DCMA, tendo por norte as orientações curriculares acerca do tema, e os posicionamentos teóricos utilizados como referência neste trabalho, pode-se perceber nos documentos analisados que no documento há a presença dos princípios da Educação Ambiental, sendo que alguns destes foram categorizados para análise nesse estudo dentre os quais a sustentabilidade, a qualidade de vida e a consciência ambiental.

Foi possível ainda observar que, com base no DCMA, deve-se estabelecer relação entre as categorias do campo da Educação Ambiental. Isso materializa-se no direcionamento da educação no caminho da sustentabilidade através da preocupação com o resguardo da sociedade, da economia e do meio ambiente, para a transformação gradativa da sociedade com vistas a melhoria da qualidade de vida. Esta pressupõe a conservação do potencial de produção dos ecossistemas, tendo em vista formas de cooperação, solidariedade, participação e realização.

Ainda verificou-se que é imprescindível que o corpo estudantil deve compreender que as transformações sociais exigem a ação de cidadãos e cidadãs conscientes de seu papel, na solução da problemática ambiental, bem como na melhoria da qualidade de vida. Além disso é apreendido no DCMA, que este possibilita, o exercício da cidadania bem como momentos de análise e reflexão acerca da problemática.

Com base na análise dos conteúdos do componente história imbuídos no DCMA, podemos inferir que se de fato houver a percepção total do docente em atenção aos objetivos traçados no documento, tende-se a termos como produto, a formação de uma consciência ambiental alicerçada em bases concretas, que nos fará termos não só bons estudantes, como também bons cidadãos.

Entretanto, o estudo teórico acerca da Educação Ambiental permitiu a compreensão desta educação com outros focos, que poderiam ampliar e enriquecer as práticas curriculares das escolas. Cita-se por exemplo, a ideia defendida por escritos teóricos que indicam para uma

educação que prioriza a busca do conhecimento, tendo em vista que os principais problemas ambientais são decorrentes da ausência de formação e informação, o que implica nas formações das políticas educacionais e ambientais. O foco no conhecimento escolar além das categorias encontradas nos documentos curriculares da escola, também viabiliza e contribui na formação do cidadão consciente de seu papel no desenvolvimento de uma sociedade sustentável, menos desigual e que prima pela qualidade de vida.

Nesse sentido, o pensamento de Leff (2001) corrobora com Carvalho, verificando a crise ambiental relacionada a conhecimentos superficiais, com decorrências na política ambiental e na educação escolar. Dessa forma, o autor afirma que a complexidade ambiental precisa ser compreendida por meio do conhecimento racional, que possibilite a compreensão consciente do mundo. Assim, foi possível verificar ao longo do estudo proposto neste trabalho que o conhecimento permite repensar velhos conceitos e renovar a visão de mundo, por meio de sua aquisição numa óptica pedagógica.

Foi possível verificar ainda que a Educação Ambiental, desenvolvida de forma transversal e interdisciplinar, com foco no conhecimento, norteado pelas categorias de análise encontradas no DCMA, constituem uma das possibilidades de formar sujeitos com a capacidade de compreender e agir, ler e interpretar, modificando sua forma de ser e ver o mundo em transformação. Compreendeu-se, também, que as ações educativas ambientais devem ocorrer de forma contínua, envolvendo a escola, a família e a comunidade local, de forma que a racionalidade ambiental possa reger e transformar os cidadãos em sujeitos comprometidos com outras práticas ambientais, com outras formas de estar no mundo: mais democráticas e criativas.

Aprofundar-se no tema aqui trabalhado é interessante e viável, bem como possíveis interações com outros temas, abordagens metodológicas, materiais, aplicações e sugere-se aqui que as pesquisas que podem vir a serem realizadas, possam trazer a cientificidade a boa prática a humanidade.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Brasília, DF, 1999.

BRASIL. **BNCC -Base Nacional Comum Curricular**. MEC: BRASÍLIA, 2017. Acesso em: 19/01/21. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do Século 21**. In: TRIGUEIRO, Andre et al. (Coord.). Meio ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 5. ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008.

CARVALHO, Isabel. **A invenção ecológica**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CARVALHO, Isabel. **As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade**. Rev. Bras. Educ., v. 11, n. 32, pp.308-315, 2006.

CAVALCANTI, A. S. Currículo e diversidade cultural: uma abordagem a partir do ensino religioso nas escolas publicas. **Fundamento – Revista de Pesquisa em Filosofia**. Vol. 1, nº 3, 172-186, 2011.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: J. Poupart, et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes. 2008.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992.

CORDEIRO, G. K, **Educação do Campo e Desenvolvimento**: reflexões referenciadas nos artigos do II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna. (Org.) Educação do Campo e Pesquisa II: Questões para Reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010.

DOCUMENTO CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA. **Educação infantil e ensino fundamental**-Anos Iniciais-SEMEC, 2019, pag. 373.

FELDMANN, Fábio. **Meio Ambiente e consumismo**. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). Meio ambiente no século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2005. p. 143-157.

FILHO, Manuel Alves. **Base Curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia**, avaliam especialistas. Jornal da Unicamp-FE, UNICAMP. Dez/2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000

GONTIJO Clayton Hércules, GONTIJO Simone Braz Ferreira. **A flexibilidade curricular e a construção da identidade da escola**. Salto Para o Futuro/TV ESCOLA – Boletim Currículos e Projetos. Programa 4 – 21/06 a 25/06 de 2004. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004/cp/index.htm>

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.

GUSDORF, George. **Passado, presente, futuro da pesquisa interdisciplinar**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 121, p. 7-27. 1995.

JACOBI, Pedro. Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: _____. **O Município no Século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo Editora, 1999. p.175-184.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Problematizando conceitos: contribuição a práxis em educação ambiental**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Org.). Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo. Cortez Editora, 2000.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Traduzido por Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEI DE DIRETRIZES DE BASES – lei de nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislação/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96> > acesso em 18/02/2021.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MACEDO, Elizabeth (2012). **Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino**. Cadernos de Pesquisa, 42(3), p. 716-737.

MINAYO, M. C. de S. [et al.] (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: MEC/SEB, 2008.

PACHECO, José A. (2001) **Currículo e tecnologia: a reorganização dos processos de aprendizagem**. In: A. Estrela & J. Ferreira. (Org.) Tecnologias em educação: estudos e investigações. X Colóquio da AFIRSE. Lisboa: FPCE-IIE, p. 66-76.

PACHECO, M. M. D. R. **Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino**. Fundação Hermínio Ometto / Uniararas, 2007.

REIGOTA, Marcos. **Desafios a educação ambiental escolar**. In: JACOBI, et al. (Orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

RONDINELLI, R. C. **O conceito de documento arquivístico frente a realidade digital: uma revisitação necessária**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói.

SANTOS, L. **A construção do currículo: seleção do conhecimento escolar**. Salto para o futuro. Currículo: conhecimento e cultura. Ano XIX, nº 1, abril. 2009.

VEIGA NETO, Alfredo. **Currículo e telemática. Currículo, práticas pedagógicas e identidades**. Braga: Porto Editora, p. 53-64, 2002.